

**CONHECIMENTOS GERAIS (Questões de 01 à 15)**

**QUESTÃO 1**

**TEXTO 1**

Estatuto da Criança e do Adolescente

No Brasil, alguns normativos legais pela sua importância, são condensados em codificações que facilitam o tratamento das questões jurídicas no âmbito mais específico e detalhado do assunto selecionado pela sua prioridade social. Existem então o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto das Cidades, o Estatuto do Idoso e o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, que são exemplos de consolidações legislativas, inclusive para melhor compreensão dos interessados.

Este último, também denominado **ECA**, conforme o próprio nome demonstra, é um estatuto ou codificação que trata do universo mais específico vinculado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes de nosso país, dentro de um espírito de maior proteção e cidadania decorrentes da própria Constituição promulgada em 1988. O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo fruto da lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

(SILVA, V. F. Estatuto da Criança e do Adolescente. <https://www.infoescola.com/direito/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em 11 de junho de 2019)

Indique qual comentário a seguir expressa adequadamente em sua assertiva uma incorreção gramatical.

- A) No texto, “estatuto” e “codificação” foram utilizados como sinônimos. Seus antônimos, então, poderiam ser “regulamento” e “descodificação”, respectivamente.
- B) Na primeira linha do primeiro parágrafo, o sujeito está separado do verbo por uma vírgula, o que é considerado um erro em relação às normas gramaticais vigentes, podendo ser sanado o problema utilizando-se outra vírgula para isolar o adjunto adverbial de causa.
- C) Na quarta linha do segundo parágrafo, o sinal de crase foi utilizado equivocadamente, visto estar relacionado a dois gêneros diferentes, prevalecendo, nesse caso, o gênero masculino.
- D) No primeiro parágrafo, o vocábulo “condensados” poderia ser substituído por “espessos” e por “expressados” sem prejuízo do significado original, pois isso é semanticamente possível na linguagem formal.
- E) Na segunda linha do primeiro parágrafo e na segunda linha do segundo parágrafo, aparece um mesmo vocábulo grafado de formas diferentes, porém, ambas podem ser consideradas corretas gramaticalmente.

**QUESTÃO 2**

**TEXTO 2**

Constituição da República Federativa de 1988

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I- a soberania;
- II- a cidadania;
- III- a dignidade da pessoa humana;
- IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V- o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

(...)

Leia os itens com textos explicativos a seguir.

- I- **Estado Democrático de Direito:** O povo participa das decisões do governo, há a busca do término das desigualdades sociais e há pluralidade partidária, tudo submetido às leis e à política partidária do país.
- II- **Soberania:** É o poder do Estado de organizar-se, criar as normas e aplicá-las, de acordo como poder soberano da sociedade vigente no país.
- III- **Cidadania:** É ter a nacionalidade brasileira somada aos direitos políticos, votar e ser votado, fazer campanhas honestas e eficientes.
- IV- **Valores sociais do trabalho:** São todos os direitos que possibilitam de se realizar um trabalho justo e digno.
- V- **Livre iniciativa:** Liberdade que a pessoa possui de realizar qualquer empreendimento dentro dos padrões legais, pessoais e intransferíveis.

As definições mais adequadas para alguns dos referidos fundamentos constitucionais estão expressos em quais itens?

- A) Apenas em II e IV.
- B) Em I, II, III e V.
- C) Em I, II, III e IV.
- D) Apenas em IV e V.
- E) Apenas em I e III.

### **QUESTÃO 3**

---

A Concordância verbal e nominal é um dos itens mais valorizados em relação à exigência do uso de norma culta. Considerando-se que a regra geral diz que o verbo concorda com seu sujeito em número e pessoa, assim como o artigo, o pronome adjetivo, o numeral e o adjetivo concordam com o substantivo a que se referem, indique onde está a concordância correta.

- A) Umaz gramaz de bom senso fariam muito bem aos atores sociais envolvidos com a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- B) O Brasil tem bastantes leis, só lhe falta aplicá-las na prática cotidiana efetivamente.
- C) A sociedade possui uma memória muito fraca em relação às promessas dos governantes em sua campanha política, principalmente quanto aos direitos dos menor de idade.
- D) Em 2020 fazem trinta anos que o ECA foi criado para beneficiar e proteger as crianças e os adolescentes.
- E) 90% das pessoas que deveriam aplicar o Estatuto não obtém certificados antes de começar o trabalho.

### **QUESTÃO 4**

---

Sabe-se que os pronomes pessoais de tratamento indicam o grau de formalidade existente entre as pessoas do discurso. Assim sendo, encontre e assinale a alternativa em que a aplicação do pronome está de acordo com as normas gramaticais estabelecidas para o tratamento formal correto.

- A) Que Sua Santidade, São Francisco, abençoe as nossas crianças e adolescentes.
- B) Sua Alteza Imperial, D. Pedro I, era filho de D. João VI e foi o primeiro Imperador do Brasil.
- C) Vossa Iminência, Cardeal de Arco Verde, precisa inspirar as pessoas a cumprir as leis do país.
- D) Vossa Magnificência é o Rei, então deve resolver os problemas do povo criando leis e uma Constituição para todos.
- E) Sua Reverendíssima, o Arcebispo D. Hélder Câmara, lutava pelos necessitados em qualquer circunstância.

### **QUESTÃO 5**

---

#### **TEXTO 3**

##### Sermão de Santo Antônio

Vós, diz Cristo Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra porque quer que façam na terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra não se deixa salgar. Ou é porque o sal não salga e os pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra não se deixa salgar e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhes dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores dizem uma coisa e fazem outra; ou é porque a terra se não deixa salgar e os ouvintes querem antes imitar o que eles

fazem, que fazer o que dizem; ou é porque o sal não salga, e os pregadores salgam a si, não a Cristo; ou porque a terra não se deixa salgar, e os ouvintes em vez de servir a Cristo, servem os seus apetites.

(VIEIRA, Padre Antônio. *Os Sermões*. São Paulo :Difel, 1968, I, p. 340)

Os textos mais antigos, de qualquer época, normalmente primam pela erudição, pela linguagem mais formal. Porém, mesmo assim, os termos da oração podem ser identificados observando-se as classes de palavras utilizadas, principalmente o verbo e seus complementos. No trecho do Sermão de Santo Antônio que vemos no Texto 3, encontram-se as orações a seguir, nas quais estão classificados os termos destacados. Marque a classificação correta.

- A) “Ou é porque **o sal** não salga e **os pregadores** não pregam a verdadeira doutrina.” (Sujeito composto porque possui dois núcleos).
- B) “Vós, diz Cristo Senhor nosso, falando com os pregadores, soiso **sal da terra**.” (Adjunto adverbial de lugar).
- C) “... ou é porque o sal não salga, e os pregadores salgam **a si**, não **a Cristo**.” (Objeto direto preposicionado e objeto direto preposicionado).
- D) “O efeito do sal é **impedir a corrupção**, mas quando a terra se vê tão corrupta como está **a nossa**...” (Predicativo do sujeito e predicativo do objeto).
- E) “...os ouvintes, em vez de **servir a Cristo**, **servem os seus apetites**. (Predicado verbal e predicado verbo-nominal).

### QUESTÃO 6

---

Mariana da Silva ocupa o cargo público de professora do ensino médio do Estado Alfa e pretende prestar novo concurso público, mas está em dúvida a respeito da possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos. Neste caso, pode-se dizer que:

- A) Mariana está autorizada a acumular o cargo de professor com qualquer outro cargo público mediante autorização do Secretário de Educação a que está vinculada.
- B) Mariana poderia acumular com outro cargo de professor ou com cargo técnico ou científico, desde que exista compatibilidade de horários.
- C) A Constituição brasileira admite excepcionalmente acumulação remunerada de cargos públicos, desde que tais cargos não se situem no âmbito do mesmo ente federativo.
- D) Considerando que Mariana já ocupa um cargo de professor, ela apenas poderia acumular com outro cargo de professor e desde que exista compatibilidade de horário.
- E) A Constituição brasileira veda qualquer forma de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

### QUESTÃO 7

---

O Brasil adota a forma federativa de Estado, o que significa afirmar que os entes federados podem legislar sobre tema de sua competência. Assim, no exercício da chamada competência legislativa concorrente:

- A) Os Estados poderão editar normas gerais e específicas, caso inexista lei da União fixando normas gerais.
- B) A União edita normas gerais e específicas.
- C) A União, os Estados e os Municípios legislam em sistema de cooperação, mas lei federal prevalece em qualquer hipótese de conflito.
- D) As normas gerais produzidas pelos Estados prevalecem sobre as normas gerais supervenientes da União.
- E) Os Estados só podem legislar após autorização federal.

### QUESTÃO 8

---

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. São objetivos da assistência social no Brasil, de acordo com a Constituição brasileira, **exceto**:

- A) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- B) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- C) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, mesmo que comprovem possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- D) O amparo às crianças e adolescentes carentes.
- E) A promoção da integração ao mercado de trabalho.

**QUESTÃO 9**

---

A Constituição brasileira, conhecida como “Constituição-cidadã”, traçou os parâmetros para a criação de políticas públicas voltadas à proteção especial da criança e do adolescente. Este direito a proteção especial não inclui:

- A) Garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.
- B) Garantia de direitos previdenciários e trabalhistas.
- C) Idade mínima de onze anos para admissão a qualquer modalidade de trabalho.
- D) Obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
- E) Programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

**QUESTÃO 10**

---

Como projeção do direito à privacidade e à intimidade, a Constituição de 1988 protege o sigilo das comunicações telefônicas. Assinale a alternativa correta sobre o direito a tal sigilo:

- A) Poderá ser afastado mediante determinação do Ministério Público, não havendo necessidade de ordem judicial para tal finalidade.
- B) Poderá ser afastado, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal nos casos definidos em lei.
- C) O sigilo não poderá ser flexibilizado em nenhuma situação.
- D) O sigilo poderá ser afastado, por ordem judicial ou administrativa, para instrução processual de ação de improbidade administrativa.
- E) Poderá ser violado, por ordem de Ministro de Estado, quando houver forte clamor social ou relevante interesse público.

**QUESTÃO 11**

---

Pedro está precisando registrar cópias de pacotes trafegados na rede da empresa em que trabalha. Para isso, Pedro irá usar o seguinte programa de computador:

- A) Sniffer
- B) Express
- C) Switch
- D) Hub
- E) Nslookup

**QUESTÃO 12**

---

Maria enviou o mesmo e-mail para João e outros destinatários. João gostaria de ter enviado uma resposta para todos os destinatários do e-mail de Maria, mas ele não consegue saber quais são. Maria garantiu que enviou um único e-mail. O que Maria fez?

- A) Colocou os destinatários em CC.
- B) Enviou o e-mail utilizando o protocolo de transferência http.
- C) Enviou o e-mail utilizando o protocolo de transferência https.
- D) Utilizou um comando hiddenrecipients no corpo do e-mail.
- E) Colocou os destinatários em CCO.

**QUESTÃO 13**

---

Seu chefe lhe enviou um e-mail com uma planilha com diversos dados e lhe pediu que os armazenasse com cuidado. Para atender a este pedido você resolveu usar o SSD, que é uma tecnologia mais recente para armazenamento de dados. Sobre ele, é correto afirmar que:

- A) Pode conectar-se ao computador utilizando uma conexão IDE ou SATA.
- B) É mais lento do que os discos rígidos.
- C) Caso fique sem energia, perde-se os dados.
- D) Tem um tempo de vida maior do que os discos rígidos, podendo apagar e reescrever os arquivos em suas células de memória indefinidamente.
- E) Consomem mais energia do que os discos rígidos.

**QUESTÃO 14**

Monitor touchscreen e gravador de DVD são exemplos de periféricos de:

- A) Entrada e saída
- B) Entrada
- C) Saída
- D) Comunicação
- E) Armazenamento

**QUESTÃO 15**

Cecília deseja descobrir o preço de uma peça automotiva pelo número da peça numa planilha Microsoft Excel. Assinale a alternativa que apresenta a função que Cecília deverá utilizar:

- A) DESLOC
- B) CORRESP
- C) CONT.SE
- D) PROCV
- E) XTIR

**CONHECIMENTO ESPECÍFICO (Questões de 16 à 40)**

**QUESTÃO 16**

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI Nº 8.069, de 13 de JULHO de 1990 e suas alterações) institui-se como um marco histórico e um importante aparato jurídico voltado para a infância no Brasil. Antes e após esse marco temporal, várias iniciativas foram efetivadas com o objetivo de constituir um aparato legislativo voltado a infância e adolescência.

Disponível em: <https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente> Acesso em: 15 jun. 2019 (adaptado).

Com base nessa historicidade considere as assertivas abaixo.

- I- A doutrina da proteção integral que envolve o Código de Menores de 1927 (Código Mello Mattos) e o Código de Menores de 1979, adotada antes do estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser considerada como marco histórico na legislação brasileira.
- II- O Código de Menores de 1979 nomeia à criança e ao adolescente com a terminologia “menor” e o institui como objeto de tutela do Estado, todo aquele abandonado ou delinquente, com idade inferior a 18 anos, submetendo-o a autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. Nesta perspectiva, as críticas a ideologia da situação irregular surgem, amparando os debates para formulação de novas legislações no campo da infância, sendo uma delas o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- III- Um grande marco histórico para a mudança de concepção menorista para a de proteção integral, de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, se formula com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que prevê em seu Art. 227. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) a prioridade absoluta a efetivação de direitos à criança, ao adolescente e ao jovem, estabelecendo estas como dever da família, da sociedade e do Estado, além de colocá-los a salvo de toda forma de violação de direitos.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- A) Estão corretas as asserções I, II, e III.
- B) Estão corretas apenas as asserções II e III.
- C) Está correta apenas a asserção III.
- D) Estão corretas as asserções I e II.
- E) Todas as asserções estão incorretas.

**QUESTÃO 17**

Em 24 de novembro de 2017 foi realizada uma audiência pública para debater os problemas que afetam os oito conselhos tutelares nas seis Regiões Político-Administrativas (RPA) do Recife. Entre os problemas e as dificuldades encontradas destaca-se a situação de prédios com infraestrutura precária, falta de material de expediente, sucateamento dos carros usados para atender às denúncias, salários baixos e falta de interlocução junto à gestão municipal.

Disponível em: [http://www.recife.pe.leg.br/noticias\\_antigas/ana-lucia-debate-situacao-dos-conselhos-tutelares](http://www.recife.pe.leg.br/noticias_antigas/ana-lucia-debate-situacao-dos-conselhos-tutelares) Acesso em: 15 jun. 2019 (adaptado).

Sabendo-se, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Art. 131, que “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”, considerando o campo teórico, técnico e prático do Conselho Tutelar, avalie as afirmações a seguir e assinale a correta.

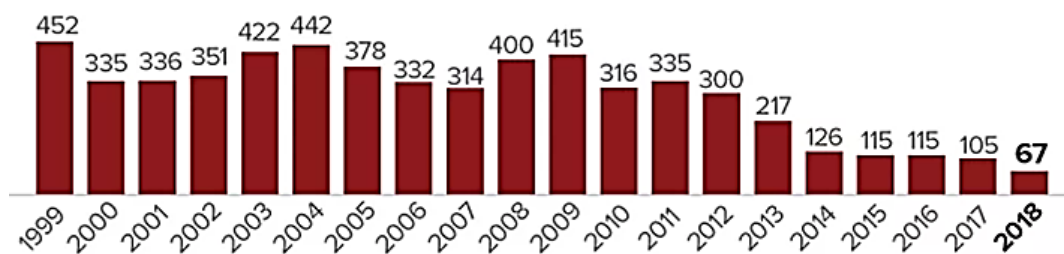
- A) O ECA estabelece um rol de atribuições do Conselho Tutelar, estando entre elas requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; exceto assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- B) Segundo estabelece o Art. 137 do ECA, as decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de qualquer cidadão que o elegeu para o cargo de Conselheiro.
- C) O artigo 136 do ECA preconiza como atribuição do Conselho Tutelar encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência ficando vedada a expedição de notificações.
- D) Conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) constará da lei orçamentária municipal e do Distrito Federal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares, sendo incabível a situação dos Conselhos Tutelares encontradas em Recife no ano de 2017.
- E) O Conselheiro Tutelar poderá promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, sendo vedada a representação junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

## QUESTÃO 18

Conforme dados apontados em entrevista publicada em 30 de março de 2019, no portal online G1, o número de adoções internacionais é o menor dos últimos 20 anos no Brasil, conforme aponta o gráfico abaixo.

### Adoções internacionais

Número de 2018 é o menor de toda a série histórica



Fonte: Acaf (Autoridade Central Administrativa Federal) e PF (Polícia Federal)



Infográfico elaborado em: 21/03/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/30/numero-de-adocoes-internacionais-e-o-menor-dos-ultimos-20-anos-no-brasil.ghtml> Acesso em: 14 jun. 2019 (adaptado).

Este dado é um alerta uma vez que menos de 10% dos pretendentes nacionais se mostram abertos a adotar alguém acima da idade de 7 anos. Fatores que podem indicar esta diminuição no percentual de adoção estrangeira seria a crise econômica mundial e número crescente de adoções dentro do país. Atualmente, no Brasil, uma criança é adotada a cada 4 horas. Entretanto existem ainda, mais de 9 mil crianças e adolescentes a serem adotadas, sendo a maioria em idade não pretendida pelos adotantes nacionais. Em contraponto, existem 45.758 pretendentes nacionais cadastrados. As estatísticas apontam que a adoção tardia é um dos grandes desafios da atualidade. Diante das legislações vigentes quanto a adoção de crianças e adolescentes avalie as assertivas a seguir e assinale a proposição verdadeira:

- A) O gráfico acima relacionado a adoções internacionais aponta que 2004 foi o ano de maior adoção estrangeira no Brasil e que ano após ano, as adoções estrangeiras vêm diminuindo no país.

- B) Conforme o ECA em seu Art. 197-B, a autoridade judiciária, terá o prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, para dar vista dos autos ao Ministério Público, que no prazo de 10 (dez) dias poderá apresentar quesitos a serem respondidos pela equipe interprofissional encarregada de elaborar o estudo técnico; requerer a designação de audiência para oitiva dos postulantes em juízo e testemunhas; e requerer a juntada de documentos complementares e a realização de outras diligências que entender necessárias.
- C) Segundo redação dada pela Lei nº 13.509 de 2017, e incluída no ECA, é facultativa a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude.
- D) É recomendável, conforme o ECA sinaliza, que as crianças e os adolescentes acolhidos institucionalmente ou por família acolhedora sejam encaminhados rapidamente ao Conselho Tutelar, e se possível, preparados pelos Conselheiros, antes da inclusão em família adotiva.
- E) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê na habilitação de pretendentes à adoção que os postulantes, domiciliados no Brasil, devem apresentar petição inicial na qual conste: qualificação completa; dados familiares; cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; comprovante de renda e domicílio; atestados de sanidade física e mental; certidão de antecedentes criminais; e certidão negativa de distribuição cível.

## **QUESTÃO 19**

No Brasil, as legislações vigentes relacionadas a adoção de crianças e adolescentes, estabelecem os trâmites, procedimentos, entre outros mecanismos de proteção à infância. Apesar de todo aparato legal vigente não é incomum a prática de adoção sem a observância do devido processo legal, conforme aponta entrevista publicada no portal online G1 da Bahia. Segundo dados da entrevista divulgada em maio de 2015, duas crianças gêmeas de dois meses, que seriam adotadas de forma ilegal na cidade de Itapetinga, na Bahia, seriam vendidas pelos pais biológicos por R\$ 7 mil, tendo o Conselho Tutelar recebido uma denúncia anônima. De acordo com o Conselheiro que acompanhou o caso, os genitores, também eram suspeitos de maus-tratos às crianças e foram apontados como usuários de substâncias psicoativas. Considere as asserções a seguir:

- I- A adoção não poderia ocorrer uma vez que não seguiu os devidos trâmites legais estabelecidos nas legislações brasileiras vigentes, que prevê, entre eles, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa”

### **PORQUE**

- II- Pelos genitores serem considerados uma família disfuncional por ocasionar maus-tratos aos filhos e por serem usuários de drogas, e conforme estabelece o ECA que aduz sem restrição, a prerrogativa de que poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos da Lei.

Realizando um estudo desse caso em conformidade com o aparato legal vigente no Brasil é correto apenas o que se afirma em:

- A) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- D) As asserções I e II são proposições falsas.
- E) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

## **QUESTÃO 20**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI Nº 8.069, de 13 de JULHO de 1990 e suas alterações) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012) preveem a aplicação de medidas socioeducativas para responsabilizar adolescentes em conflito com a lei de acordo com a gravidade da infração. Segundo reportagem do Portal UOL, em fevereiro de 2019, um aluno de 14 anos da Escola Estadual Marcolino de Barros, em Patos de Minas (MG), foi apreendido em plena sala de aula após ser acusado de furtar um bloco de folhas de fichário de R\$ 8,00 em uma papelaria próxima do colégio, gerando uma onda de doações na cidade.

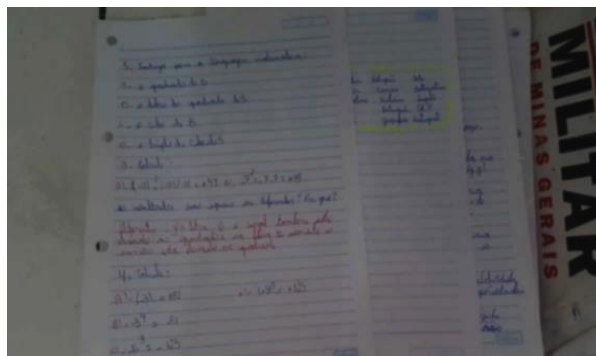


Imagem disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/13/aluno-e-detido-por-furtar-material-de-r-8-e-gera-onda-de-doacoes-em-mg.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 15 jun. 2019 (adaptado).

Situação problema: verificada a prática de ato infracional, sendo esta primária, qual medida mais adequada a ser aplicada pela autoridade competente? Considere as asserções e assinale a opção correta:

- A) Liberdade assistida, deverá ser lavrado auto de apreensão, com a oitiva de testemunhas, do adolescente, apreensão do produto e instrumentos da infração e requisição de exames ou perícias necessárias à comprovação da materialidade do ato, objetivando a punição devida ao ato infracional grave de furto.
- B) Internação, visando o aprendizado do adolescente e que o conselho tutelar possa acompanhar sua família.
- C) Basta a lavratura de boletim de ocorrência circunstanciada na apuração de ato infracional, considerando a situação primária do ato infracional e de acordo com a natureza leve da infração.
- D) Prestação de serviços à comunidade, estabelecendo o trabalho como prioridade absoluta para o aprendizado do adolescente.
- E) Advertência, considerando a representatividade do Poder Judiciário em constituir uma autoridade, punindo o adolescente de forma grave conforme o ato infracional praticado.

## QUESTÃO 21

No dia 10 de maio de 2019, com a presença dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) lançaram a nova edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/maio/governo-federal-lanca-nova-edicao-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca> Acesso em: 14 jun. 2019 (adaptado).

- I- As atualizações no ECA, estabelecidas pelas Leis nº 13.812/19 e 13.798/19, englobam publicações que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas; a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e dispõe sobre regras mais rigorosas para crianças e adolescentes que viajem desacompanhados dos pais; e define a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

### PORQUE

- II- O Estatuto da Criança e do Adolescente referendava omissão nessas instâncias de proteção, necessitando de revisão quanto a prevenção especial.

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- A) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- D) As asserções I e II são proposições falsas.
- E) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

## QUESTÃO 22

Em 09 de junho de 2017, um fato marcou os debates acerca das medidas socioeducativas versus a justiça com as próprias mãos. Um vídeo divulgado nas redes sociais e em jornais, no qual um homem não identificado aparece tatuando a testa de um adolescente, que teria invadido um estúdio de tatuagem com o objetivo de furto de uma bicicleta, junto com um amigo que se evadiu do local, quando foram surpreendidos pelo proprietário do imóvel. Um dos rapazes teria se evadido e o outro, um adolescente, teria sido custodiado pelo proprietário do estúdio invadido e por um vizinho, onde tatuaram em sua testa, à força, a frase: “Eu sou ladrão e vacilão”. O adolescente ainda disse que foi amarrado e teve o cabelo cortado.



Disponível em: <https://luks381.jusbrasil.com.br/artigos/468340133/breve-analise-juridica-do-caso-do-tatuador-x-suposto-ladrao-vacilao> Acesso em: 15 jun. 2019 (adaptado).



Segundo o que preconiza o ECA, o adolescente é socialmente responsável pelo ato que comete. Dependendo da ilicitude, poderá responder judicialmente por meio das medidas socioeducativas – MSE, presentes no artigo 112 do ECA. O termo medida socioeducativa refere-se ao conjunto de todas as medidas aplicáveis aos adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos, podendo-se, excepcionalmente, estender sua aplicação aos jovens com até 21 anos incompletos, que cometeram atos infracionais. Diante destas perspectivas e conforme o caso supracitado, considere as asserções:

- I- Pode-se considerar que o adolescente cometeu ato infracional análogo a furto qualificado na modalidade tentada, entretanto sofreu violação de direitos ao ter tatuado em sua testa a frase supracitada e por constrangimento ilegal.

#### **PORQUE**

- II- O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 5º prevê que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Assim, a atitude do proprietário do imóvel invadido (tatuador) poderia equiparar-se com a previsão do tipo penal do Código Penal, de crime de Lesão Corporal grave - modalidade que resulta deformidade permanente (Art. 129, parágrafo 2º, inc. IV) ou tratar-se de crime de tortura na modalidade “castigo” (Art. 1º, inc. II da lei nº 9455/97).

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

#### **QUESTÃO 23**

---

Imagine a seguinte situação: você é Conselheiro Tutelar e uma mulher chamada Ana, chega ao Conselho desesperada relatando: – A minha amiga foi presa e seus 03 filhos foram levados para um abrigo, sem procurarem ninguém da família, porque as crianças ficaram sozinhas em casa. Os avós paternos, que moram no interior têm plenas condições de criar as crianças. Ana lhe faz um questionamento: antes de eles irem para adoção não seria preciso consultar os familiares próximos?

Caso fictício elaborado em 15/06/2019 para fins de avaliação.

Com base nesse contexto, avalie as afirmações e a correlação entre elas.

- I- A resposta para esse questionamento de Ana seria positiva, pois conforme estabelece as legislações relacionadas à infância, o Conselheiro teria a atribuição de aplicar a medida protetiva cabível na situação de risco da criança ou adolescente

#### **PORQUE**

- II- Em casos em que seja localizada família extensa aplica-se como medida o acolhimento institucional; sequencialmente a equipe técnica do acolhimento e da Vara da Infância, em regra, esgotariam todas as possibilidades de familiar extenso mesmo que fora do Estado, enquanto o Ministério Público propõe a destituição do Poder Familiar, seguindo com Processo de Colocação em Família Substituta, caso a Família Extensa tenha sido localizada.

- A) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

**QUESTÃO 24**

Em maio de 2018, um adolescente denunciou pela sua rede social uma agressão que sofreu na fila da rede de um fastfood, em Boa Viagem, no Recife. O adolescente foi vítima de xingamentos e intimidação cometidos pelo pai de uma menina que teria se assustado com um grito dado pelo adolescente. O pai da menina xingou o rapaz, questionando se ele era “viado”, e o segurou pelo pescoço para em seguida desferir um tapa no seu rosto, mesmo com a vítima se desculpando pelo transtorno. O homem também xingou uma mulher que tentou defender o adolescente. O adolescente foi até o Instituto Médico Legal (IML) para fazer exame de corpo e delito. O pai do rapaz registrou boletim de ocorrência e a polícia instaurou inquérito de corpo e delito. O vídeo comprovando o ocorrido viralizou nas redes sociais e levantou comentários de revolta que consideram o caso como homofobia. Após a repercussão do caso, o agressor se desculpou através de sua advogada. Segundo a nota, o genitor agiu em legítima defesa para defender sua filha. A advogada argumentou que o homem é trabalhador e não tem passagens pela polícia, disse que testemunhas afirmaram que os adolescentes costumam tumultuar o local e que o agressor, além de perder o emprego, está recebendo até mesmo ameaças de morte.

Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2018/05/noticias/homofobico-agride-jovem-na-fila-do-mc-donalds-e-causa-indignacao-na-internet/>  
Acesso em: 14 jun. 2019 (adaptado).

- I- No caso citado o homem que agrediu o adolescente responderia criminalmente, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente aduz em seu Art. 18. que é dever de todos em velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Se a agressão tivesse ocorrido hoje, é bem provável que ainda responderia pelo crime de homofobia.

**PORQUE**

- II- O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou no dia 13 de junho de 2019, que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passa a ser considerada um crime.

Realizando um estudo desse caso em conformidade com o aparato legal vigente no Brasil é correto apenas o que se afirma em:

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.  
B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.  
C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.  
D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
E) As asserções I e II são proposições falsas.

**QUESTÃO 25**

A Constituição Federal de 1988, no título destinado à ordem social, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social, estabelece o direito à saúde como um dentre os direitos sociais fundamentais. Em seu Art. 196, reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 15 jun. 2019 (adaptado).

Seguindo as diretrizes da Lei Nº 8.069/90, considere as alternativas, assinalando V para as asserções verdadeiras, e F para as asserções falsas:

- ( ) O movimento antivacina é uma ideia que cresce mundialmente, especialmente na Europa e América do Norte. Desta forma, tornou-se facultativa a vacinação das crianças pelas autoridades sanitárias.  
( ) É obrigação do Sistema Único de Saúde (SUS) promover a atenção à saúde bucal das crianças e das gestantes, de forma transversal e integral.  
( ) Devem ser comunicados obrigatoriamente ao Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente.

A sequência encontra-se correta em:

- A) F, V, V  
B) V, V, V  
C) V, F, V  
D) F, V, F  
E) F, F, V

**QUESTÃO 26**

---

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei Federal Nº 12.594/2012) foi elaborado para que se fizessem detalhamentos e complementações ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no que diz respeito ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. O principal objetivo é que o processo de responsabilização do adolescente adquira um caráter educativo, e que as medidas reinstituam direitos, interrompam a trajetória infracional, assim como prevê o ECA. Em 2013, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo é configurado como a expressão operacional dos marcos legais do Sistema Socioeducativo, traduzida por meio de uma matriz de responsabilidades e eixos de ação. Nesta perspectiva, é correto apenas o que se afirma em:

- I- Um dos princípios norteadores do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo é que o atendimento deve ser territorializado, regionalizado, com participação social e gestão democrática, intersetorialidade e responsabilização, através da integração operacional dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.
  - II- Apresenta entre o rol de diretrizes a garantia ao acesso do adolescente à Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e o direito de ser ouvido sempre que requerer.
  - III- O modelo de gestão do Sistema Socioeducativo propõe um redesenho político-administrativo, articulando as três esferas do governo (Municipal, Estadual e Federal), sendo o Conselho Tutelar corresponsável nas instâncias de articulação, controle e execução das medidas socioeducativas.
- A) Estão corretas apenas as asserções I e III.
  - B) Estão corretas apenas as asserções II e III.
  - C) Todas as asserções estão corretas.
  - D) Estão corretas apenas as asserções I e II.
  - E) Todas as asserções estão erradas.

**QUESTÃO 27**

---

As medidas de proteção são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. Imagine o seguinte caso hipotético:

A genitora de Mateus chega ao Conselho Tutelar com o seu filho de 09 anos, relatando que não sabe mais o que fazer com ele. Pontua que o pai da criança é usuário de drogas e está preso por tráfico e que por isso, ela trabalha o dia todo fora para sustentar a família e não consegue acompanhar o filho, que passa o dia com a avó. Ainda expõe que o filho não fala frases, repete apenas a palavra “não”, tem dificuldade em se socializar, brinca sozinho e enfileirando os carrinhos, e vive balançando os braços. Finaliza, dizendo que não sabe o que fazer, pois os vizinhos falam o tempo todo que Mateus tem problemas e que parece autista. Analisando este caso, qual medida de proteção seria mais indicada:

- A) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família uma vez que a genitora demonstra não saber cuidar de seu filho.
- B) Encaminhar a criança a tratamento especializado, visando realização de um parecer diagnóstico em saúde e se necessário, possível acompanhamento.
- C) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico para verificar se a criança não está fazendo uso de substâncias psicoativas igualmente a seu pai.
- D) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- E) Advertência, pois a genitora não pode trabalhar e deixar o filho de apenas três anos aos cuidados da avó.

**QUESTÃO 28**

---

Considere o caso a seguir: em uma comunidade do Recife, o Conselho Tutelar é acionado após 03 crianças serem encontradas sozinhas em casa, logo na sequência do assassinato da genitora e de seu companheiro, que eram usuários de drogas, sendo mortos devido a dívida contraída com a dependência química. Não existindo família extensa encontrada na primeira semana após o evento ocorrido...

Caso fictício elaborado em 16/06/2019 para fins de avaliação.

A partir da análise desta situação, considere as alternativas abaixo e assinale a correta:

- A) A busca à família extensa das 03 crianças pode ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sem prorrogação.
- B) A permanência das crianças em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 44 (quarenta e quatro) meses.

- C) As crianças após inserção em programa de acolhimento institucional terão sua situação reavaliada, no máximo, a cada 8 meses, devendo a autoridade judiciária competente decidir pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, a seu critério.
- D) As crianças deverão ser encaminhadas à programa de acolhimento institucional, e a busca à família extensa deve ocorrer conforme previsão legal.
- E) Na hipótese de não haver outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente poderá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação das crianças em entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional, sendo vedada a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-las.

### **QUESTÃO 29**

---

O artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece o regime de atendimento das entidades destinadas às crianças e adolescentes. Conforme estabelecido em lei são regime de atendimento, **exceto**:

- A) Orientação e apoio sócio familiar.
- B) Abrigo.
- C) Apoio socioeducativo em meio aberto.
- D) Colocação familiar.
- E) Internação.

### **QUESTÃO 30**

---

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 131 versa sobre o Conselho Tutelar e estabelece que este é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Considere as asserções a seguir relacionadas às atribuições do Conselho Tutelar:

- I- É atribuição do Conselho Tutelar promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- II- Cabe ao Conselho Tutelar requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- III- A execução de medidas socioeducativas em meio aberto é atribuída ao Conselho Tutelar uma vez que são de competência municipal.

A partir da análise, pode-se concluir que estão corretas as asserções:

- A) Todas as asserções estão corretas.
- B) Apenas as asserções I e III.
- C) Apenas as asserções II e III.
- D) Apenas as asserções I e II.
- E) Todas as asserções estão erradas.

### **QUESTÃO 31**

---

O Estatuto da Criança e do Adolescente aduz a primazia da doutrina da proteção integral como eixo central que deve ser seguido pela família, sociedade e Estado. Nessa perspectiva, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) tem o papel estratégico de instituir mecanismo de controle e fiscalização da efetivação de prioridades de acesso às políticas públicas. Diante desses pressupostos, avalie as assertivas e assinale a correta:

- A) O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais, estando a sociedade civil integrando apenas o sistema preventivo.
- B) Não cabe, no caso do Sistema de Garantia de Direitos, a articulação com os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas voltadas as relações exteriores.
- C) Está fora da competência do SGD promover estudos e pesquisas, uma vez que essa é uma atribuição das universidades.
- D) Compete ao SGD a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, sendo apenas competência do Conselho Tutelar defender e controlar a efetivação das políticas voltadas à criança e adolescente.
- E) O SGD se articulará com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, nas áreas da saúde, educação, segurança pública, planejamento, entre outras.

**QUESTÃO 32**

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) tem por finalidade a promoção, a defesa, e o controle da efetivação e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Quanto a gestão desse Sistema considere as asserções a seguir:

- I- Nos níveis estadual, distrital e municipal, as entidades públicas responsáveis pela política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes e por serviços, programas e ações especiais voltados à infância, deverão funcionar em seu respectivo nível de competência, em estrutura governamental, com dependência à gestão pública.
- II- A estrutura governamental, em nível federal, deve contar com órgão específico e autônomo, que será responsável pela política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes.
- III- Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios em regime de colaboração, a organização de seus sistemas, tanto de defesa de direitos, quanto de atendimento socioeducativo.

Considerando o tema tratado no texto, avalie as afirmações a seguir.

- A) Estão corretas apenas II e III.
- B) Estão corretas apenas as asserções I e II.
- C) Estão corretas apenas I e III.
- D) Todas as asserções estão corretas.
- E) Todas as asserções estão erradas.

**QUESTÃO 33**

Realize a leitura do caso hipotético a seguir: você é Conselheiro Tutelar, e recebe no Conselho, um pai que luta para visitar a filha que reside com a genitora em uma comunidade do Recife. Segundo ele, desde que se separou, sua antiga companheira nega as visitas e fala o tempo todo para a criança que o pai não gosta dela, que abandonou a família porque a criança é negra, e que o pai não presta porque vive saindo com outras mulheres. O pai não consegue nenhum contato com a filha por impedimento da mãe e família materna. De acordo com a Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, analise as asserções abaixo e a correlação entre elas:

- I- A criança vem sofrendo violência psicológica e o comportamento da genitora pode ser considerado ato de alienação parental

**PORQUE**

- II- Este é entendido como a interferência na formação psicológica da criança, promovida ou induzida por um dos genitores, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

**QUESTÃO 34**

Imagine a seguinte situação hipotética: uma adolescente negra, adotada por uma família de classe média, passa em um ano, por quatro colégios particulares e sofre frequentemente nas escolas de discriminação pela sua cor de pele. Os xingamentos são frequentes, inclusive na escola atual. A adolescente entra em um processo depressivo e após alguns meses chega em casa dizendo à família que não quer mais estudar e tem desejo de morrer.

Analisando este caso, pode-se afirmar que a adolescente sofre que tipo de violência?

- I- Violência física que compreende qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à adolescente mediante força física, ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração.
- II- Violência psicológica compreendida como a ação infligida á adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal e psicológica ou que lhe cause sofrimento físico e psíquico.
- III- Pode-se considerar que a adolescente está sofrendo violência psicológica, especificamente por intimidação sistemática, configurada como bullying, que vem comprometendo seu desenvolvimento psíquico ou emocional.

Considerando o tema tratado no texto, assinale apenas o que corresponde às asserções verdadeiras.

- A) Apenas a asserção III.
- B) Apenas a asserção I.
- C) Apenas a asserção II.
- D) Todas as asserções estão erradas.
- E) Todas as asserções estão corretas.

### **QUESTÃO 35**

---

Para efeitos da Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, considera-se violência, **exceto**:

- A) Violência sexual, que compreende entre outros, o tráfico de pessoas, entendido como a saída da criança ou do adolescente do país, acompanhada dos pais.
- B) Violência física, considerada como ação infligida que ofenda integridade ou saúde corporal ou que cause sofrimento físico à criança ou ao adolescente.
- C) Violência psicológica, que compreende entre outros, qualquer conduta que exponha, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, particularmente quando isto torna testemunha a criança ou o adolescente.
- D) Violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.
- E) Violência sexual, compreendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso.

### **QUESTÃO 36**

---

A Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, expressa no artigo 7º, as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesta perspectiva considere o caso a seguir:

Madalena tem dois filhos e é casada há 6 anos com o genitor das crianças. Ela trabalha como auxiliar administrativo em uma loja no centro do Recife. Seu salário é transferido todo final do mês para sua conta corrente. Entretanto, ela vive dizendo às suas amigas que não tem dinheiro. Em uma conversa particular com a amiga Clara, Madalena relata que não tem dinheiro porque seu cartão do banco fica sob a posse de seu marido. E ele relata todo mês que ela não precisa do dinheiro já que ele coloca comida em casa. Madalena quer comprar roupas para os filhos que estão crescendo, mas o marido diz que é supérfluo. Relata ainda que ele sai toda sexta à noite para beber com os amigos e que não sabe o que ele chama de supérfluo. A amiga pontua que Madalena vem passando por violência doméstica e familiar. Madalena leva um susto e diz: mas ele é bom, ele não bate em mim.

Caso fictício elaborado em 16/06/2019 para fins de avaliação.

Com base na avaliação do caso, analise as asserções a seguir:

- A) Madalena não vem sofrendo nenhum tipo de violência, conforme preconiza a Lei Nº 11.340.
- B) Madalena sofre violência doméstica e familiar do tipo psicológica e física.
- C) O caso de Madalena pode ser considerado como violência patrimonial.
- D) Madalena vem sofrendo violência sexual.
- E) Para o caso de Madalena pode-se considerar que ela sofre de violência moral.

### **QUESTÃO 37**

---

Com base nas legislações vigentes referentes a violência doméstica e familiar, considere os aspectos correlacionados ao crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência nas asserções abaixo:

- I- Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11.340/2006 é passível de pena ao agressor de detenção de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.
- II- A configuração do crime depende da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.
- III- Na hipótese de prisão em flagrante, não se poderá conceder fiança, em nenhuma instância.

Assinale apenas o que corresponde às asserções verdadeiras.

- A) Apenas a asserção II.
- B) Apenas a asserção III.
- C) Todas as asserções estão corretas.
- D) Apenas a asserção I.
- E) Todas as asserções estão erradas.

### **QUESTÃO 38**

---

Considere o caso hipotético de que uma criança com deficiência chega ao Conselho Tutelar acompanhada pela genitora de 25 anos de idade. A criança precisa utilizar cadeira de rodas, desde que sofreu um acidente na piscina quando tinha dois anos. Atualmente está com quatro anos e a genitora, que mora sozinha com a criança, perdeu seu emprego, então não consegue meios de suprir as necessidades do filho que antes ficava aos cuidados de uma babá. A avó da criança tem recursos financeiros, mas não pretende ajudar a filha, pois desde que a criança sofreu o acidente, suspendeu o contato com a família. Neste caso específico, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) prevê como garantia, **exceto**:

- A) Para os efeitos legais a família supracitada não poderia ser beneficiada pois a lei considera a família como sendo composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a avó ou avô, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, mesmo residindo em outra residência.
- B) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência.
- C) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.
- D) A LOAS para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.
- E) A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

### **QUESTÃO 39**

---

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica da Assistência Social, considere o caso: uma criança de 07 anos de idade, estudante de uma escola pública da cidade do Recife, é obrigada pela genitora a todos os dias, após o horário escolar, ajudar a mãe a pedir dinheiro no semáforo para o sustento da família.

Caso fictício elaborado em 17/06/2019 para fins de avaliação.

- I- Conforme dispõe a LOAS, a família poderia ser encaminhada para o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

#### **PORQUE**

- II- Este serviço integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

Analise as asserções e sua correlação:

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

### **QUESTÃO 40**

---

Conforme a Resolução de Nº 109/2009, que versa sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, considere as alternativas a seguir:

- I- O serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, e é executado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

- II- O serviço especializado em abordagem social deve ser ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de exploração sexual, de trabalho infantil, de situação de rua de crianças e adolescentes, dentre outras, sendo executado pelo CREAS ou Unidade Específica referenciada ao CREAS.
- III- O serviço especializado para pessoas em situação de rua deve ser ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, sendo executado pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

Marque a única alternativa correta.

- A) Estão corretas as asserções I, II, e III.
- B) Estão corretas apenas as asserções II e III.
- C) Está correta apenas a asserção III.
- D) Estão corretas as asserções I e II.
- E) Todas as asserções estão incorretas.

## QUESTÃO DISSERTATIVA

### INSTRUÇÕES PARA A QUESTÃO DISSERTATIVA (REDAÇÃO)

1. O rascunho da questão dissertativa (redação) deve ser feito na folha apropriada.
2. O texto definitivo deve ser escrito usando caneta esferográfica azul ou preta, no **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** específico, com um **mínimo de 20 e o máximo de 25 linhas**.
3. Escreva na folha rascunho e no **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** o tema escolhido para a sua dissertação: **TEMA 1** ou **TEMA 2**.
4. A dissertação (redação) que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
5. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a questão dissertativa (redação) que:
  - a. não tiver o número de linhas mínimo, sendo considerado “texto insuficiente”.
  - b. não apresentar argumentação coerente das ideias e informatividade.
  - c. não apresentar no texto pertinência ao tema proposto.

### Proposta de redação:

#### Exército Juvenil

Antes de condenar é preciso compreender o complexo cenário das crianças e adolescentes recrutados para a prática de infrações. Pensar e buscar soluções. Autor de sete livros com a temática dos direitos da criança e do adolescente, o professor Humberto Miranda faz o alerta. “Só a justiça social, o combate à pobreza, o investimento em educação, esporte e lazer, além do respeito aos direitos fundamentais, na sua integralidade, podem impedir que esses meninos e meninas adentrem no mundo do crime.” [...]

A questão dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas é de responsabilidade de todos nós. Da família, do Estado e da sociedade. Só a justiça social, o combate à pobreza, o investimento em educação, esporte e lazer, além do respeito aos direitos fundamentais, na sua integralidade, podem impedir que esses meninos e meninas adentrem no mundo do crime. Passamos uma década questionando o Código de Menores e a Febem. Produzimos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Projetamos um caminho, mas só ficamos nos primeiros passos. A cultura do Código de Menores e da Febem ainda faz parte de nossas práticas.[...]

Trata-se de uma questão complexa, mas o que considero é que a gente não pratica uma justiça justa. Existe um grande distanciamento em parte dos casos entre o sistema de Justiça e a prática. A Justiça não é justa. As seis medidas socioeducativas previstas não são levadas a cabo para essa população mais abastada. A prestação de serviço, por exemplo, muitas vezes não é levada a sério. Não há cultura de respeito efetivo às medidas. Temos uma cultura que remete ao Código de Menores, voltado para o menor, o delinquente, o carente e o abandonado. Costumo dizer que os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente operam o Estatuto com cabeça de Código de Menor, seja a Justiça, seja a polícia.

Exercito Juvenil. Especial Diário de Pernambuco. Blogs.diariodepernambuco.com.br/exercitojuvenil. Acesso em 11 junho de 2019.

Os excertos acima fazem parte de uma matéria publicada em um jornal e divulgada eletronicamente em vários meios midiáticos. Esses três trechos tratam da situação da criança e do adolescente na atualidade, trazendo reflexões a respeito desse tema de tão alta relevância para a sociedade.



**COMDICA – Processo de Escolha Unificado para Conselheiros Tutelares do Recife/2019**

Após a leitura dos três parágrafos, escolha um dos dois temas sugeridos a seguir e produza um texto dissertativo que possua de **vinte a vinte e cinco linhas, argumentação coerente das ideias e informatividade relevante**.

**TEMA 1-** A urgência da aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente para o futuro da Nação.

**TEMA2-** Estatutoda Criança e do Adolescente: depois detrês décadas, onde estão os avanços planejados e tão esperados?

**TEMA ESCOLHIDO:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 10

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 15

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 20

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 25